

A ÉTICA COMO EDUCAÇÃO DO DESEJO

Ángel Rodríguez Luño *

1. Enquadramento: as discussões sobre o enfoque fundamental da ética

As pesquisas que tenho desenvolvido nos últimos anos levaram-me a estar cada vez mais convencido de que as divergências éticas que observamos na atualidade têm a sua raiz e a sua motivação radical não nos discursos sobre a resposta a ser dada a alguns problemas morais concretos, mas no desacordo sobre o próprio enfoque fundamental do saber ético. E uma vez que a ética é um saber que tem a moral vivida como ponto de partida e que reflete sobre ela, esse desacordo é, na verdade, um desacordo sobre a concepção geral da vida moral.

O debate sobre o enfoque a ser dado à ética é geralmente estudado – e eu também procedi assim em algumas das minhas publicações – mediante uma metodologia que se articula em dois momentos:

- Primeiro procura-se entender se as propostas éticas formuladas pelos diversos autores, tanto atuais como do passado do pensamento ético, têm algum denominador comum. Chega-se, assim, a identificar alguns tipos fundamentais de reflexão ética que, seguindo as investigações de Giuseppe Abbà, podemos denominar “figuras de ética”.
- Num segundo momento, procede-se a um confronto dialético entre as diversas “figuras de ética”, com a esperança de se atingir orientações válidas para o nosso trabalho contemporâneo.

Ao seguir essa metodologia, alguns autores chegaram à conclusão – a qual compartilho plenamente – de que aquilo que conforma as diversas “figuras de ética” é a pergunta fundamental a que, de acordo com cada uma dessas figuras, o saber ético deve dar resposta. Dito de outro modo: o que diferencia as diversas “figuras de ética” é o seu modo de conceber o fim principal que a ética persegue.

* Tradução de Frederico Bonaldo (professor da Faculdade de Filosofia da Academia Atlântico, doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC-SP, mestre em Direito pela UERJ).

Na aplicação deste critério, é possível distinguir dois modos radicalmente diversos de se conceber o saber ético (e a vida moral):

- O primeiro, próprio da orientação que hoje é chamada de “ética da primeira pessoa” ou também de “ética da virtude”, considera que a ética é e deve ser uma investigação sobre o bem global do homem, isto é, sobre o bem da vida humana tomada como um todo. Então a ética desenvolve-se como uma *discussão sobre os diversos estilos de vida*, sobre os diversos modos de viver (virtudes e vícios), e não sobre as ações singulares (isto é secundário, embora importante). A discussão deveria levar a que se identifique qual é a melhor vida a ser conduzida e desejada.
- A segunda orientação, chamada de “ética da terceira pessoa” ou também de “ética normativista”, considera que a ética é e deve ser uma investigação e uma fundamentação das regras ou normas morais a ser observadas. Regras ou normas que dizem respeito a ações singulares. O problema a ser indagado não é como se deve viver, mas se a ação x é lícita ou ilícita. O enfoque é o seguinte: “Fulano realizou a ação x ; agiu bem ou mal?”. É por isto que se diz que se trata de uma “ética da terceira pessoa”. A partir desta perspectiva, não é possível indagar acerca do desejo nem sobre o estilo de vida que seria desejável. O juiz das ações alheias (a terceira pessoa) julga as ações, não os desejos.

Dentro da ética da terceira pessoa, identificam-se comumente diversos “subtipos”, a depender de se as regras a serem observadas são fundamentadas no valor da convivência e da colaboração social, ou na necessidade de maximizar a satisfação dos interesses das pessoas (utilitarismo), ou na autoridade indiscutível de um superior (o Estado, Deus etc.). De todo modo, as éticas da “terceira pessoa” têm em comum a convicção de que a pergunta sobre o bem global do homem não pode ser posta ou, ao menos, não deve ser posta. As razões sobre as quais fundamentam esta convicção são diversas, a depender dos autores. Seja como for, todos eles admitem que a concepção do bem do homem é, por excelência, o âmbito do pluralismo característico da sociedade hodierna. O tipo de vida a ser vivido não poderia ser objeto de dever moral, mas é e deve ser o objeto das opções mais pessoais e inquestionáveis.

Por sua vez, para a ética da primeira pessoa, a decisão de viver certo estilo de vida é o cerne de toda escolha moral. A ética da “primeira pessoa” também considera que orientar e julgar as escolhas que dizem respeito ao bem global da vida é a tarefa fundamental da ética e, sobretudo, que um saber reflexivo não pode deixar de perguntar-se pelo bem da vida tomada como um todo, porque todas as nossas escolhas pressupõem uma visão das prioridades que se atribuem às nossas atividades e aos nossos bens (família, trabalho, posição econômica, descanso, religião etc.), e, portanto, uma concepção prática da vida humana e do seu bem. Inclusive o ceticismo mais radical é uma concepção da vida humana. Com efeito, ele considera que a felicidade, imperfeita e fragmentária, que é possível alcançar nesta vida obtém-se por meio da suspensão do juízo.

Tenho a convicção de que todo discurso ético que pretenda ir às últimas consequências terminará confluindo no enfoque característico da ética da “primeira pessoa”. Pretendo agora ilustrar esta tese a partir da perspectiva da antropologia moral.

2. A perspectiva da antropologia moral

A finalidade principal da antropologia moral é entender a liberdade do homem e o modo em que ela se exprime sinteticamente na ação moral. A antropologia moral não é a teoria da ação, porque não pretende refletir sobre a ação moral na sua intencionalidade, mas sobre os pressupostos antropológicos da ação intencional.

A nossa experiência comum demonstra que a liberdade humana não é uma liberdade desencarnada. Certamente, ela não se apresenta como opção de um sujeito puramente espiritual, que está fora do espaço e do tempo. A ação livre representa antes o momento culminante de um complicado processo que possui certo caráter circular.

Nesse processo, é possível distinguir analiticamente ao menos cinco elementos fundamentais:

- 1) As inclinações ou tendências, que chamaremos genericamente de desejo. Não falamos aqui do desejo deliberado que segue a livre escolha, mas dos desejos espontâneos que precedem as escolhas livres e que constituem a base do nosso dinamismo psíquico. O desejo ou tendência é a forma em que se manifestam as necessidades do homem no seu diálogo com o mundo. Têm uma temática muito ampla: a própria conservação e segurança, a socialidade, a autoestima, o desejo de saber, o

trabalho, a necessidade de amar e de ser amado, a busca pelo sentido da vida e a tendência à transcendência etc. Em todo caso, o desejo ou tendência apresenta-se como algo que nos é dado. Não é uma resposta a uma iniciativa do indivíduo, assim como ter necessidade de alimento ou de viver em sociedade não é uma opção pessoal nossa.

O desejo é um princípio de seleção dos objetos significativos e, neste sentido, um princípio de configuração do próprio mundo. O mundo de cada um também é o resultado dos próprios interesses, embora se deva acrescentar que o homem, em virtude dos mais elevados processos do pensamento e da vontade, pode alcançar um alto nível de objetividade na compreensão de si mesmo e do mundo (ainda que, na prática, nem sempre o alcance).

O desejo é vivido como um movimento que vai do estado de necessidade até o estado futuro de satisfação, que pode ser percebido de modo claro ou confuso. Toda tendência visa um escopo. Se a tendência se abre ao mundo como um “buscar algo”, o escopo será esse “algo” que é buscado. A meta buscada é vista como um valor, como um bem, porque dá resposta à nossa necessidade. Desejo e bem (real ou aparente) são termos absolutamente correlatos.

2) A percepção dos bens que se referem às tendências. A presença ou ausência daquilo que o desejo busca.

3) A reação afetiva (sentimentos, emoções, paixões): a pessoa reage positiva ou negativamente conforme o significado que aquilo que foi percebido tem para as tendências. É o complexo mundo da afetividade, da vida afetiva. Se as tendências são como que um impulso que sai do sujeito e se projeta sobre o mundo, orientando a busca e a percepção, as emoções e os sentimentos são a ressonância interior das tendências subsequentes à percepção. Os sentimentos tomam e avaliam a resposta que vem do mundo à interrogação contida na tendência. Toda tendência ou conjunto de tendências tem os seus sentimentos específicos.

Importa sublinhar o papel dos sentimentos na formação da nossa relação com os outros e com o mundo. Os sentimentos manifestam que os outros e o mundo não nos são indiferentes. Antes pelo contrário, causam em nós reações interiores que nos permitem avaliar a sua incidência na nossa vida e nos nossos afazeres. A alegria de encontrar uma pessoa amada, o medo em face de uma situação nova, a vergonha diante

de um erro nosso correspondem ao nosso modo de sentir e de viver o encontro com o mundo e com os outros.

Nos sentimentos, o mundo é visto a partir da perspectiva do valor e, por isso, os sentimentos oscilam entre o positivo e o negativo: prazer-dor, simpatia-antipatia, respeito-zombaria, entusiasmo-depressão. É por isso que são chamados a desempenhar um papel importante na percepção do bem e do mal em sentido moral; *o sentimento antecipa e prepara a valoração ética, sugerindo uma tomada de posição e a consequente linha de comportamento.*

Considerando os sentimentos em si mesmos, o valor deles para nós depende da verdade ou da falsidade que contêm e da correção ou incorreção moral da sua tomada de posição, bem como da linha de comportamento que eles sugerem.

É difícil exagerar a importância do papel exercido pelos sentimentos na vida moral. Todavia, eles são moralmente ambíguos. A sua ambiguidade deve-se:

- ao fato de que eles dependem do modo e do grau de educação das tendências;
- ao fato de que se referem a uma tendência ou a várias tendências, sem que consigam exprimir no seu conteúdo de valor o papel exercido pela tendência ou pelas tendências implicadas no bem integral da pessoa. Os sentimentos não se integram sozinhos; sempre é necessária a atividade integradora própria da razão.

4) O comportamento livre, a ação, governada pela inteligência e pela vontade, através das quais a pessoa interpreta, valora e dirige (modificação, rejeição e elaboração) os três elementos precedentes, particularmente os sentimentos. Se a ação moral não é vista isoladamente, abstratamente, mas dentro do processo em que ocorre a sua gênese, entende-se por que dissemos que a liberdade humana não é desencarnada. Na vida moral, *temas e necessidades procedentes da não-liberdade são continuamente elevados ao plano da liberdade*, no qual sempre são, de algum modo, elaborados e transformados, eventualmente corrigidos e até mesmo rejeitados. A liberdade humana alimenta-se de motivações que muitas vezes não procedem dela mesma.

5) Os hábitos morais (virtudes e vícios), principal expressão da liberdade da pessoa, através dos quais ela modifica, para o bem ou para o mal, a sua própria constituição operativa, isto é, as suas inclinações, as suas tendências, a sua capacidade

de julgar, de decidir, de realizar. Os hábitos morais operam uma livre modificação do desejo não deliberado. Desse modo, os hábitos fecham o círculo, passando a ser o primeiro dos cinco elementos do processo. No homem concreto, real, o desejo já se encontra modificado por causa dos hábitos morais adquiridos.

Uma vez que o hábito moral opera uma modificação das tendências, as virtudes éticas têm uma dimensão cognitiva, vale dizer, as virtudes não são apenas necessárias para fazermos aquilo que sabemos que é bom, mas, antes de tudo, elas são necessárias para sabermos o que é bom fazer numa situação concreta. Essa dimensão cognitiva tem o seu fundamento no caráter de antecipação próprio da interrogação contida na tendência e na avaliação contida no sentimento. Se as tendências e os sentimentos foram adequadamente educados, o conhecimento que eles fornecem é verdadeiro. Com palavras de Aristóteles, o homem virtuoso “julga retamente todas as coisas e, em cada uma delas, mostra-se a ele o verdadeiro [...] talvez o homem de valor se diferencie sobretudo pelo fato de que vê o verdadeiro em todas as coisas, na medida em que as regula e mede” (*Ética a Nicômaco*, III, 4 1113 a 28-22).

3. A educação do desejo

A ética da terceira pessoa concentra-se inteira e abstratamente na ação singular, ou seja, na ação mandada e na ação proibida. Não é capaz de estabelecer uma relação adequada com o desejo, o qual, na ação, é interpretado e valorado, e, conforme o caso, aceito, modificado ou rejeitado.

Ora, sabemos que desejo e bem são correlatos. Só é possível dar conta do desejo se se consegue entender adequadamente o valor de cada um dos bens que constituem o escopo de cada uma das tendências e se se consegue integrar todos eles numa imagem verdadeira do bem global do homem, a quem as tendências consideradas no seu conjunto são funcionais. Por isso, somos levados à perspectiva própria da ética da primeira pessoa.

Se o dever de fazer ou de omitir ações fosse assumido como ponto de partida e, portanto, sem indicação prévia de um fim global positivo e desejável, a ética não poderia ser senão um conjunto de deveres e proibições em função de um escopo que, ainda que nobre, sempre seria parcial, limitado e limitador, acerca do qual sempre seria possível perguntar-se se realmente vale a pena respeitá-lo.

É preciso que se entenda bem que admitir um limite na satisfação das tendências não representa, em princípio, problema algum. Toda pessoa madura o faz. O que é problemático é admitir que o limite constitui a instância primeira, única e absoluta. As nossas tendências são submetidas a limites no sentido de que devem ser ordenadas, educadas, canalizadas em vista da sua realização global máxima, isto é, do bem humano, da vida excelentemente boa. Assim, o que se há de alcançar é o bem humano, e não a limitação das tendências requeridas por ele, limitação essa que constitui a primeira e originária instância moral. Todo “não” pressupõe um “sim”. O governo de si mesmo requer, antes de tudo, que se conheça o seu “porquê” ou o seu “em vista de que”.

Do contrário, a afetividade, o desejo, não é educado, mas simplesmente negado, pisoteado. E uma ética que pisoteia ou oprime a afetividade (Kant) não constitui um posicionamento suficientemente estável, porque se expõe ao risco de passar ao extremo oposto: considerar que o homem não passa de um feixe de desejos e paixões, de maneira que a tarefa da razão prática é entender qual é o modo mais eficaz de satisfazê-los – é a razão como escrava das paixões, como dizia Hume.

Diante destes dois posicionamentos, a ética da “primeira pessoa” ou ética das virtudes propõe-se como tarefa ética fundamental a educação do desejo, de modo tal que a força das tendências e da afetividade possam dar a sua contribuição essencial à realização do bem humano. Isso pressupõe que a ética deve, em primeiro lugar, delinear uma imagem do bem humano e entender de que modo os diversos bens e atividades se integram no bem da vida humana tomada como um todo. A ética não ensina precipuamente o que se deve fazer ou omitir, mas o que é certo desejar, qual tipo de vida é desejável e bom.

BIBLIOGRAFIA

COLOM, Enrique e RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Escolhidos em Cristo para ser santos*. Vol I: *Moral fundamental*, São Paulo, Quadrante, 2018, cap. V.

HARAK, Simon, *Virtuous Passions: The Formation of Christian Character*, New York – Mahwah (NJ), Paulist Press, 1993.

LERSCH, Philipp, *Aufbau der Person*, München, J. A. Barth, 1962. Há uma tradução italiana da segunda edição alemã: *La struttura del carattere*, Padova, CEDAM, 1962. Porém esse livro, a partir da quarta edição alemã, sofreu uma modificação tão

profunda que até teve o seu título alterado. Se não se puder ler em alemão, é preferível consultar a tradução espanhola da oitava edição alemã: *La estructura de la personalidad*, Barcelona, Scientia, 1966.

MALO, Antonio, *Antropologia dell'affettività*, Roma, Armando, 1999.

RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Ética general*, 5ª ed., Pamplona, EUNSA, 2004, cap. V (esse capítulo não existe nas três primeiras edições). Conteúdo muito similar ao do livro *Escolhidos em Cristo para ser santos*.